

PELO ESTADO

SEM-TERRA

150 famílias podem ser despejadas de acampamento em Linhares

Eles ocupam área de preservação ambiental, e Incra garante que grupo terá de deixar o local

FABRICIO MARVILA
fmarvila@redgazeta.com.br

Pelo menos 150 famílias de Linhares podem ser obrigadas a deixar suas casas dentro de 45 dias. São pessoas que vivem em um acampamento de sem-terra montado em uma área de preservação ambiental em um assentamento na localidade de Humaitá, zona rural do município. As famílias afirmam que não têm para onde ir e só deixarão o local após conseguirem terras do governo federal. Contudo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) alega que não há desapropriações em curso em Linhares e as famílias terão mesmo que sair do local.

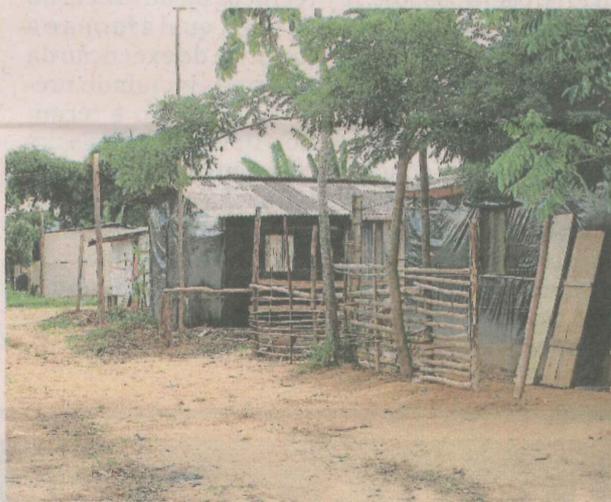
A trabalhadora rural Maria Angélica de Souza Marça, 54 anos, faz parte do grupo que promete não deixar o local, apesar da ameaça de despejo. Por mais difícil que seja a vida no acampamento – não há água encanada, luz elétrica ou rede de esgoto –, ela garante que vai ficar no local.

“Morava de aluguel na cidade, mas ficamos sem condições de continuar gastando com moradia. Nosso objetivo é ter um pedaço de terra para viver, plantar e servir de herança para nossos filhos. Moramos debaixo de lonas, não temos qualquer tipo de conforto, mas só saio daqui com meu pedaço de terra garantido”, diz Maria Angélica.

Outra acampada que



Aline Gomes, o marido e o filho prometem resistir e permanecer no local, apesar da determinação do Incra



O acampamento não possui água ou energia; Maria Aparecida está no assentamento regular e até planta na área



PREÇO

“Meu filho reclama do calor, mas é o preço que temos que pagar para termos nossa terra. Queremos que o Incra resolva nossa situação”.

ALINE GOMES LOPES, 25

está disposta a resistir é a trabalhadora rural Aline Gomes Lopes, 25. Ela mora com o marido e um filho, de onze anos.

“A gente toma banho e faz comida com a água que vem do poço, mas tem gente que tonha banho no rio. Apesar de ter um fogão a gás, uso o a lenha, quando temos madeira, para economizar. Meu filho reclama muito do calor, pois as lonas são bem quentes, mas é o preço que temos que pagar para termos nossa terra. Queremos que o Incra resolva nossa situação”, desabafo Aline.

Mas em meio a um cenário de dúvidas e de alguma tristeza, a esperança de um dia ter a própria terra acaba se transformando em fonte de inspiração e superação. O armador Delson Santos de Souza, 40, faz questão de afastar a tristeza ao som do próprio violão.

“Não tenho medo de ser expulso daqui pois tenho a fé e a certeza de que Deus irá nos ajudar. Pego meu violão e toco cantos de louvor, que além de me alegrar, me dá a esperança de viver dias melhores em um lugar que posso chamar de meu”, diz.

Área tem assentamento regular Ocupantes já foram notificados

A área do acampamento irregular – que abriga 150 famílias, em Humaitá – pertence aos membros do Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, onde 100 famílias já moram de forma regularizada desde 2008. Na época, a antiga fazenda Aliança foi desapropriada e as terras foram dadas às famílias cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Re-

forma Agrária (Incra).

PLANTIO

Atualmente, os assentados já plantam café, banana, cana-de-açúcar, mandioca além de hortaliças. Algumas famílias já estão investindo na cultura de gado de leite a fruticultura. Um alívio para quem antes precisa comprar os produtos em estabelecimentos comerciais.

“Hoje minha família

praticamente come o que nós mesmos plantamos. Não dependemos de supermercado para a maior parte de nossas necessidades. Mas é preciso ter muita paciência para aguentar a burocracia. Da entrada da papelada junto ao Incra até o recebimento das terras foram oito anos de espera”, afirma a assentada Maria Aparecida Araújo.

Apesar da esperança dos acampados, o Incra afirma que as famílias deverão mesmo desocupar o local. Por meio de nota, o órgão explicou que expediu um ofício no dia 14 de fevereiro e notificou os ocupantes irregulares. Na próxima semana, o documento será encaminhado ao Movimento dos Sem Terra (MST), estabelecendo um prazo de 45 dias para a saída do local a partir da data

de entrega do ofício às lideranças do movimento.

Segundo o Incra, a presença irregular dos acampados, além de prejudicar o andamento das ações de desenvolvimento destinadas às famílias que já estão oficialmente assentadas no local, ainda exerce pressão ambiental na região. Segundo Incra, o local onde o acampamento foi montado é uma área de preservação e a pre-

sença humana pode colocar em risco a Mata Atlântica, as lagoas e o rios que cortam a região.

Por meio de nota, a Prefeitura de Linhares informou que a Secretaria de Assistência Social estará à disposição das famílias acampadas para atender a possíveis solicitações da comunidade. Atualmente, 50 mulheres que vivem no local participam de oficinas de bordado e pintura.